

4 A GO 1985 Reinacões de um presidente Sarney

GERALDO FORBES

Quando Alice se embarafustou pela toca do coelho e iniciou a sua peregrinação pela terra das maravilhas, seu ciclorone não parava de adverti-la: é tarde, estamos atrasados. Alice, absorpta por todas aquelas novidades, vivia distraído-se e volta e meia W. Rabbit tinha de lembrar, olhando o relógio: "É tarde menina, estamos atrasados, vamos".

O dr. Sarney certamente — e estão aí seus vastos bigodes para afastar qualquer dúvida — não é nenhuma Alice. A sua subida ao poder, entretanto, foi tão inesperada quanto a descida da garota pelo túnel na terra. Como ela, e nada mais compreensível, ficou atônito e não se pode reclamar do tempo gasto para equilibrar-se do espanto.

Quase cinco meses. Já fez ele agora o seu discurso-lista de intenções. Quase todas boas, mas não se precisa lembrar que destas, quando não realizadas, está pavimentado o caminho do inferno.

A sociedade brasileira, que ao contrário do coelho não é nem um pouco maluca ou apressada, tem aguardado pacientemente que o governo se ponha em marcha. Cinco meses.

Há, porém, muitos sinais que indicam que em vez de aprestar-se a partida só vem aumentando a confusão e com ela a indecisão da carroça maranhense. Em suma, ainda não há governo.

A questão central, que é a política econômica, simplesmente nem chegou a ser formulada. A emergência do sr. Rosemberg como o novo superministro da área onde já se debatiam as opiniões contraditórias dos srs. Dornelles, Sayad e Lemgruber, longe de unificar o pensamento da administração, criou apenas mais um foco de divergências.

A farsa em que se transformou a comissão pré-Constituinte é outro exemplo flagrante do imobilismo presidencial. O assunto resvalou de vez para o terreno da galhofa, e hoje não passa de um inócuo jogo de vaidades acradamente disputado pelo sr. Afonso Arinos e pelo sr. Fernando Lyra. O que não deixa de ser bom, já que a pretensão absurda do jurista de Paracatu, de pré-moldar a futura Constituição, havia sido repudiada por amplos setores da vida nacional.

O fato é que o espetáculo do governo paralisado começa a inquietar o empresário. Um dos sintomas mais preocupantes e que acarretará graves e fundas repercussões no futuro é a falta de novos investimentos e novos projetos. Os bancos não encontram clientes, e o próprio BNDES, nosso mais importante banco de fomento, está com as burras cheias, à espera de pretendentes. No escuro e na incerteza, ninguém investe ou planeja.

Ora, se há uma coisa que um país com o crescimento demográfico e com o atraso relativo do nosso não se pode permitir é sem dúvida a estagnação e vindouro obsoleto da sua indústria.

Já disse o dr. Faoro, em magistral entrevista, que o dr. Sarney parece hoje menos um presidente e mais um chefe de um estranho regime de gabinete, em que ele só reina mas não governa.

Acontece que o gabinete, por seu lado, carece de um líder donde temos hoje tantos chefes e tantas políticas quantos os não poucos ministros. Isto para não mencionar os governadores, os líderes partidários e os assessores presidenciais, que mais e mais, na falta de comando, botam suas mangui-nhas de fora e seus cupinchas para dentro.

Muitas políticas equivalem a nenhuma política.

O dr. Sarney não quis ser a rainha de copas e não cortou nenhuma cabeça. Herdou o Ministério Tancredo mas não herdou a habilidade, o preparo e sobretudo a autoridade do falecido presidente.

Preferiu ser um rei bonachão, de espada acadêmica na cintura. Arrisca-se a virar um dot de paus neste jogo em que perdemos todos.

As idas e vindas com o FMI, também decorrentes do estado de desgoverno e das dissensões existentes no seio da Junta Econômica, é um outro assunto que beira o ridículo e o irresponsável.

Quase todo mundo já sabe que é impossível compatibilizar as normas do programa-padrão do Fundo com o crescimento imediato da economia.

O FMI, embora não queira precipuamente a recessão de nossa economia, quer, segundo uma certa visão e uma rígida e ultrapassada fórmula que não leva em conta as realidades

políticas e sociais, a reorganização de nossas finanças. Tal fórmula é que nos impõe, como consequência, a recessão.

O FMI, é bom que se diga, está no seu papel. Tem ele suas regras e normas e procura segui-las. O que não quer dizer que elas nos sirvam e que devam ser aceitas em nosso caso concreto.

Todos os setores políticos e sociais brasileiros rejeitam a hipótese de mais um período de retrocesso. Muito bem. Então, a rigor, sendo o acordo inviável, não há o que debater com o Fundo. Façamos o nosso próprio programa de ajuste, segundo os parâmetros que julgamos suportáveis, e pronto. Apresentemos o plano à comunidade financeira internacional, não para seu placê, mas para seu conhecimento, e cuidemos de implementá-lo com seriedade. Como fez a Colômbia.

Quanto aos bancos particulares, nossos credores que insistem no aval do FMI, está também na hora de dizer-lhes que tal garantia não virá, porque a conciliação das regras do Fundo com nosso desejo de crescimento é totalmente impraticável. Como não podemos pagar-lhes de pronto e como não podem eles retirar os seus fundos, é melhor para todos que se ache logo um modus vivendi.

Ao contrário do que insistem os bobocas da província, a discussão política da dívida, repetiu o sr. Volcker esta semana, é impensável.

Terão de viver os bancos, como nós, com a realidade. Tratemos de lhes oferecer, por via de uma simples resolução do Banco Central, a fórmula que nos é possível praticar, sem mentiras e riscos para ambas as partes.

De qualquer jeito, teremos de ser sérios e austeros em nosso planejamento econômico, não porque o FMI impõe, mas porque não há outro jeito de conservar o País. A diferença é só de grau. Se se julga insuportável o dele, adotemos com urgência e responsabilidade o nosso.

A estéril repetição da brincadeira de esconde-esconde contábil com o Fundo, já se provou, não leva a nada além da desordem. Então chega de espartezas e trucagem com os números. Basta de teorias e de retórica.

É hora de uma decisão.
Com a palavra o Rei.